

**Comissão de Assuntos Sociais – CAS**  
**Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência Social –**  
**CASEMP**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**Data:** 13/04/2010

**Assunto:** A importância de destinar recursos do Pré-Sal para a Previdência Social.

**Participantes:**

1. Carlos Eduardo Gabas – Ministro da Previdência Social;
2. Celso Amaral de Miranda Pimenta – Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores, Representante de José Calixto Ramos, Presidente da NCST;
3. José Augusto da Silva Filho – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores;
4. Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;
5. João Antonio de Moraes – Presidente da Federação Única dos Petroleiros – FUP;
6. Warley Martins Gonçalves – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
7. José Divanilton da Silva – Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB.

**SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)**

Ao abrir os trabalhos, o Senador Paulo Paim informou que a Audiência Pública destina-se a debater a importância de destinar recursos do pré-sal para a Previdência Social.

Segundo o Senador, em 2008, foi apresentado um projeto de sua autoria destinando recursos do pré-sal para a Saúde e para a Previdência Social. E, no atual debate sobre a destinação desses recursos, parece haver consenso sobre a importância de que a Previdência seja contemplada, ainda que sejam percebidas discordâncias sobre a forma como isso será feito. Para o Senador Paim, essa destinação não deve ser provisória, como alguns defendem, mas permanente.

**CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores**

De acordo com o Sr. Celso Amaral de Miranda Pimenta, a destinação de recursos do pré-sal para a Previdência representa um passo importante para todos os trabalhadores

segurados. O expositor defendeu também que esse repasse deve ser permanente e regular, não provisório e extraordinário.

Para o Diretor de Seguridade Social, Aposentados e Pensionistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores, a Previdência deve ser preservada e, para que seja mantido o seu equilíbrio, são necessários recursos, como os oriundos do pré-sal. O Brasil está diante de uma importante oportunidade para que o sistema previdenciário seja custeado de forma honesta, justa e equilibrada e, nesse sentido, espera-se que, no mínimo, a destinação de 5% do fundo de combate à pobreza, prevista no projeto da Câmara dos Deputados, seja mantida no Senado Federal.

### **JOSÉ AUGUSTO DA SILVA FILHO – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores**

O Sr. José Augusto da Silva Filho afirmou que a Previdência passa por problemas estruturais que datam de décadas, quando grandes empreendimentos como a ponte Rio-Niterói e a própria construção de Brasília foram custeados com recursos da Previdência, uma dívida que nunca foi cobrada.

Segundo o expositor, sempre que se fala em reajuste para os aposentados, muitos defendem que isso levará ao desequilíbrio das contas públicas e à quebra do Estado. Por isso, a presente oportunidade de repasse de recursos subsidiados não pode ser perdida, na medida em que ela possibilitará reduzir as incertezas e resolver o problema estrutural da Previdência. Além disso, a existência de uma fonte subsidiada, que deve ser permanente, evitará a geração de instabilidade econômica e política em decorrência das questões previdenciárias.

### **MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH**

Retomando o ponto levantado pelo Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, o Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald reforçou que os recursos da Previdência Social foram historicamente utilizados para custear grandes obras no Brasil, e sempre se teve a idéia de que havia recursos suficientes para a manutenção do sistema. Foi o caso de Itaipu e da Ponte Rio-Niterói, empreendimentos que hoje geram lucros.

Segundo o expositor, os proventos dos aposentados tendem a diminuir com o passar do tempo, justamente quando essas pessoas se encontram no momento de sua vida em que arcam com os maiores gastos, por exemplo, com remédios. No entanto, apesar do reduzido valor do benefício, é sabido que, em diversos pequenos municípios brasileiros, é a renda dos aposentados que sustenta a economia.

O Presidente da CONTRATUH defendeu, nesse contexto, que a descoberta do pré-sal é uma oportunidade importante e que seria uma irresponsabilidade não destinar parte do fundo para a Previdência. Nesse sentido, essa destinação de recursos não pode ser provisória, pois isso tornaria o benefício vulnerável a interesses políticos não comprometidos com a causa social.

## **JOÃO ANTONIO DE MORAES – Presidente da Federação Única dos Petroleiros – FUP**

O Presidente da FUP pontuou que, desde a campanha “O Petróleo é Nosso” e a criação da Petrobras, existe a preocupação de que esse importante recurso sirva aos interesses nacionais, não aos de uma pequena elite ou aos do capital internacional. Infelizmente, segundo ele, o monopólio estatal do petróleo, alcançado naquela ocasião, foi revisto na década de 1990, trazendo de volta a lei das concessões e levando o Brasil de volta ao modelo do início da industrialização do país.

No Brasil, o petróleo é responsável por mais de 45% da energia utilizada e, no mundo, essa parcela alcança 55%. Além disso, 90% de tudo o que se move ao redor do globo utiliza o petróleo como combustível. Trata-se, indubitavelmente, de um bem estratégico.

Diante desse contexto, foi importante a luta recentemente travada pela sociedade brasileira em defesa da não privatização da Petrobras, o que nos colocou em uma situação muito superior que a de outros países cuja indústria petroleira foi privatizada, como a Argentina, a Indonésia e a Nigéria.

Para o expositor, os recursos naturais de um país devem servir para a estruturação de uma nação justa e igualitária, de modo que a destinação social dos recursos é essencial. E, nesse âmbito, a discussão sobre a Previdência é crucial. Os recursos do pré-sal, a exemplo do que é feito com as receitas do petróleo na Noruega, representam uma fonte de segurança para o financiamento da Previdência, sem que a dimensão orçamentária se coloque acima da dimensão humana.

De acordo com o palestrante, os recursos naturais estarão em disputa nos próximos anos, especialmente após o insucesso da COP 15 – 15ª Conferência das Partes, realizada em Copenhague, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Consequentemente, é importante que os países estruturem a exploração de modo a proteger esses recursos, o que no caso do petróleo, deveria ser feito por meio do monopólio estatal. Além disso, todo o excedente dessa indústria deveria ser destinado para o bem do conjunto da nação, com investimentos em saúde, Previdência, habitação e erradicação da pobreza.

## **SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)**

Segundo a Senadora Rosalba Ciarlini, os recursos do pré-sal, bem como do petróleo, são do povo brasileiro. Nesse sentido, é preciso que questões como a educação e a saúde sejam discutidas nesse contexto.

É importante, ainda, que o fundo social do pré-sal inclua a destinação de recursos para a Previdência e que, em conjunto com outras medidas, isso possibilite que o trabalhador receba, ao longo de sua aposentadoria, o mesmo que recebia na ativa.

Nesse sentido, a Senadora lembrou que propôs uma emenda ao projeto de lei referente ao fundo social do pré-sal, sobre educação e saúde, para que se fixe um percentual definido – em torno de 60% – sobre os recursos do fundo a serem destinados a essas áreas.

**WARLEY MARTINS GONÇALLES – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP**

De acordo com o Sr. Warley Martins Gonçalves, quando o trabalhador se aposenta no Brasil, perde uma série de benefícios, como seu plano de saúde, além de sofrer com questões como o fator previdenciário. O aposentado se encontra, assim, em uma situação difícil, no momento em que seus gastos com medicamentos, por exemplo, aumentam.

Segundo o expositor, a Previdência não é deficitária, mas é importante que a ela seja mais discutida no país, especialmente no âmbito do movimento sindical. Em sua opinião, houve avanços ao longo do tempo, mas os aposentados ainda sofrem inúmeras injustiças, de modo que é importante lutar pela Previdência.

Os recursos do pré-sal são bem vindos nesse contexto e, para o Presidente da COBAP, os 5% devem ficar na Previdência.

**JOSÉ DIVANILTON DA SILVA – Diretor da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB**

Durante a crise econômica mundial de 2008, as bases do capitalismo mundial sofreram um grande revés. Nesse contexto, países como o Brasil, em que o Estado desempenha um papel importante na indução do desenvolvimento e na proteção social, saíram da crise de forma mais rápida e bem sucedida.

Tomando por base o histórico debate sobre o papel do Estado na economia, o Diretor da CTB lembrou que a nova legislação petrolífera atualmente em discussão no Congresso Nacional retoma o papel estruturante do Estado e inclui a perspectiva de desenvolvimento, diferentemente do modelo da década de 1990.

Sobre os recursos do pré-sal, o expositor pontuou que pesam demandas ligadas a diversos temas, como educação e Previdência, e é importante que todas as questões estejam vinculadas a um projeto estratégico nacional, pensado de forma participativa e democrática. Entre os desafios estruturantes que o Brasil precisa enfrentar, estão a educação, a ciência e a tecnologia e a seguridade social.

Segundo o Sr. José Divanilton da Silva, a Previdência vai além do debate sobre o custeio. Trata-se de um direito, cujo financiamento foi previsto pelos constituintes de 1988, democraticamente. Ao longo dos governos, no entanto, os recursos do setor passaram a ser utilizados para o cumprimento de superávits primários, em detrimento da manutenção do padrão salarial dos aposentados.

O pré-sal representa, assim, uma oportunidade única de promover o financiamento de um projeto nacional de desenvolvimento, e é importante que se dê prioridade à Previdência e que se reconheça o seu caráter estratégico. Mais do que garantir de 5% dos recursos do fundo para a Previdência, é vital que haja mecanismos que assegurem que essa verba não venha a ser contingenciada por compromissos macroeconômicos e de superávit primário.

## **SR. LOURENÇO FERREIRA PRADO – Vice-Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT**

O Sr. Lourenço Ferreira Prado levantou a questão da Súmula Vinculante nº 8, de 2008, segundo a qual o Supremo Tribunal Federal entendeu que os arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91, que tratam, respectivamente, dos prazos de decadência e prescrição em relação às contribuições para a seguridade social, são inconstitucionais. Desse modo, esses prazos, antes de dez, passaram a ser de cinco anos, uma vez que as contribuições sociais, inclusive as destinadas a financiar a seguridade social, têm, no regime da Constituição de 1988, natureza tributária. Consequentemente, a Previdência perdeu o direito de cobrar algo em torno de cem milhões de reais das empresas, em função justamente dessa redução de prazo.

O palestrante destacou, ainda, que, diante dos valores perdidos, os recursos do pré-sal a serem destinados para a Previdência são muito importantes. É necessário, segundo o expositor, que essa destinação seja permanente e que haja disciplina orçamentária em sua gestão.

## **CARLOS EDUARDO GABAS – Ministro da Previdência Social**

O Ministro da Previdência Social, Sr. Carlos Eduardo Gabas, declarou estar de acordo com os outros expositores quanto à destinação de recursos do pré-sal para a Previdência. Mais do que isso, defendeu o Ministro, esses recursos devem estar a serviço da sociedade brasileira como um todo.

Para o expositor, é preciso que se pense além da remuneração do aposentado, promovendo um debate sobre a transição demográfica em curso no Brasil e no mundo, responsável por um estreitamento na base da pirâmide populacional, ao mesmo tempo em que o número de pessoas com mais de sessenta e cinco anos cresce. A população brasileira está vivendo mais e, consequentemente, envelhecendo, graças a avanços em pesquisas, tecnologia e saúde.

É preciso garantir que essas pessoas, que estão vivendo mais, o façam com qualidade. Assim, além da aposentadoria e da pensão, é necessário garantir outras políticas para a promoção do bem estar dos idosos, como aquelas relacionadas à moradia, ao acesso à saúde e ao lazer. Deve-se pensar um conjunto de ações integradas de atenção a esse segmento.

Sobre o que foi levantado pelos palestrantes em relação à utilização dos recursos da Previdência no passado para o financiamento de grandes empreendimentos como a construção de Brasília, o Ministro manifestou seu desapontamento acerca da falta de registros sobre a forma como esse dinheiro foi utilizado.

De acordo com o Sr. Carlos Eduardo Gabas, o desafio é pensar a Previdência como política de longo prazo, com o planejamento adequado. No contexto desse esforço de planejamento, foi destacado o plano de expansão das unidades de atendimento da Previdência, com o objetivo ampliar o alcance das agências, realizado em parceria com o Poder Legislativo, com parlamentares que colocaram emendas para a viabilização dessas unidades.

Nesse contexto, os recursos oriundos do pré-sal são importantes para fazer frente à necessidade de financiamento das aposentadorias e pensões, ainda que, segundo o especialista, a Previdência Social não seja falida e não represente um problema para o país. Atualmente, ela paga mais de 27 milhões de pessoas, entre segurados, trabalhadores, gestantes e pessoas com incapacidade para o trabalho.

A Previdência Social é uma das maiores políticas de redistribuição de renda do Brasil e, como tal, deve ser defendida e preservada. Um avanço importante nesse sentido vem sendo percebido na evolução da curva de ampliação da cobertura previdenciária, que, desde 2003, é notável, chegando-se a 67% dos trabalhadores e trabalhadoras cobertos pela Previdência, incluindo a proteção ao pequeno e micro empreendedor.

O País precisa continuar crescendo e redistribuir renda, além de colocar todas as riquezas, incluindo o pré-sal, a serviço dos cidadãos. Assim, defendeu o Sr. Carlos Eduardo Gabas, parte dos recursos do pré-sal devem ser direcionados à Previdência. No entanto, segundo o Ministro, a emenda oriunda da Câmara dos Deputados traz duas limitações. A primeira delas respeita ao percentual, uma vez que a emenda determina que 5% do fundo destinado à pobreza – não do fundo total – devem ser encaminhados à Previdência para o pagamento dos aposentados que ganham acima do salário mínimo. O expositor exprimiu sua preocupação quanto à definição desse percentual, afirmando a necessidade de que esse ponto seja debatido, além de ter defendido que a verba seja destinada ao fundo do Regime Geral de Previdência Social como um todo.

De acordo com o palestrante, o modelo de Previdência defendido pelo governo é o solidário, em que há um pacto entre as gerações, diferente do modelo de capitalização pública que se tentou implantar anteriormente e que faliu em diversos países. Para o Ministro, o Brasil tem maturidade para delinear seu próprio sistema, sem que haja a necessidade de se espelhar em outras nações, tanto que a Previdência brasileira tem servido de modelo para países como o Chile e a Argentina.

Foi sublinhado, ainda, que hoje a Previdência urbana é equilibrada, mas essa situação não é permanente. Desse modo, é vital que sejam debatidas as regras para os outros trabalhadores que ingressarão no mercado de trabalho. Sobre a Previdência Rural, defendida pelo Ministro, destacou-se que os trabalhadores rurais recebem a aposentadoria desde que comprovado o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, tendo ou não havido a contribuição. Essa política consumiu em 2009, cerca de 45,5 bilhões de reais e arrecadou 4,9 bilhões. Claramente, não se pensou essa política para que fosse superavitária, mas para reconhecer a contribuição do homem do campo para o conjunto da sociedade brasileira.

No atual governo, pela primeira vez, os aposentados tiveram um reajuste superior à inflação, além de uma série de conquistas relacionadas, por exemplo, à data de pagamento do benefício. E o Ministro garantiu que a Previdência Social continuará olhando pelos aposentados, aqueles que construíram a riqueza do Brasil.